



## Artigos Originais

# Impacto das ações de petroleiras na cultura dos povos indígenas da Amazônia equatoriana

*Impact of action of oil in the culture of indigenous peoples of the ecuadorian amazon*

**Denise Osório Severo<sup>1</sup>**

**Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima<sup>2</sup>**

**Marco Aurélio da Ros<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Especialista em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>2</sup>Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>3</sup>Professor Titular, Universidade Federal de Santa Catarina

**RESUMO:** Esta pesquisa buscou refletir sobre os impactos das ações das petroleiras na cultura de povos indígenas da Amazônia Equatoriana. Realizada no Equador em janeiro de 2007 com indígenas da Amazônia – regiões de Teena, Archidona y Ahuano – e com habitantes das cidades de Quito e Cuenca, caracterizou-se em uma investigação de campo descritiva e exploratória com abordagem qualitativa cujos instrumentos foram observação participante e entrevistas individuais abertas. Os resultados permitiram inferir que as empresas utilizam diversas estratégias que alteram o processo de viver local e estabelecem a supremacia por meio da desmobilização social, repercutindo, desse modo, na cultura destes povos e, conseqüentemente, na produção social de saúde. A pesquisa demonstrou que a ação das petroleiras representa uma prática coerente com a manutenção do modelo hegemônico neoliberal voltado para a reprodução do capital.

**Palavras-chaves:** cultura, saúde, modelo hegemônico, petroleiras, mobilização social.

**ABSTRACT:** This research attempted to reflect on the impacts of shares of oil companies on culture of the Indian population in the Equatorian Amazon. Held in Ecuador in January 2007 with Amazonian Indians - regions of Teena, Archidona y Ahuano - and inhabitants of the cities of Quito and Cuenca, it was characterized in a field investigation of descriptive and exploratory qualitative approach whose instruments was participant observation and opened individual interviews. The results showed that companies use various strategies to alter the process of living place and establish the supremacy through social demobilization, reflecting thus the culture of these people and hence in the social production of health. The research has shown that the action of oil industry represents a practice consistent with maintaining the neoliberal hegemonic model focused on the reproduction of capital.

**Key words:** culture, health, dominant model, oil industries, social mobilization.

## 1. INTRODUÇÃO

Foram-se os piratas e chegaram corporações capitalistas<sup>1</sup>. Foi-se o colonialismo, mas manteve-se a colonialidade<sup>2</sup>. Que o digam *quitchuas* da Amazônia equatoriana!

Iniciada em 1492, a conquista colonial resignificou o destino do mundo. O “encontro com o continente que viria a se chamar América” transformou sua rota e seus contornos, a partir da configuração de novos formatos de territorialidade e de redefinição de relações sociais e de poder. A colonização instalou a mundialização de novas perspectivas geográficas, redemarcando o local, o regional, o nacional e, também, o mundial<sup>1:4</sup>.

Não foram poucos os efeitos sobre os “colonizados”. A emergência do eurocentrismo, com a

conquista da América pelas monarquias da península ibérica, parte da Europa que no século XV não era feudalizada, resultara na submissão de povos da América Latina e Caribe pelo Estado Nação e, em consequência, na emergência de um processo de colonialidade do saber<sup>3</sup>.

Após o século XVIII, a hegemonia eurocêntrica mudou o assento: não mais localizada na península ibérica, mas agora na Europa Norte Ocidental,

**Autor correspondente**

**Denise Osório Severo**

Especialista em Saúde Pública

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus universitário – Trindade 88040-970 – Florianópolis, SC – Brasil

Email: [deniseosorios@hotmail.com](mailto:deniseosorios@hotmail.com)

Artigo encaminhado 04/12/2010

Aceito para publicação em 19/05/2011

especialmente, na Inglaterra, França e Holanda, esta hegemonia também centrou sua ordem na disputa por territórios americanos. Na corrida pela imposição desta ordem, a ordem moderna, utilizou-se de pessoas para instrumentalizarem o objetivo: no contexto da América Latina e Caribe a servidão indígena e a escravidão negra foram estratégias de coisificação humana, por parte da Europa, para acumulação de riqueza<sup>1</sup>.

Entendidos como parte da missão civilizatória (científica e técnica), tais processos, servidão e escravidão, participaram da sustentação da Europa imperialista, do século XIX, traduzindo-se em uma barbárie sem precedentes. Neste sentido, o eurocentrismo pautou-se sobre um discurso de modernidade que encobria o seu núcleo constitutivo – a colonialidade –, no silêncio das relações de opressão e exploração que se instalavam na América Latina e Caribe, ainda que na presença das históricas resistências<sup>1</sup>.

Posteriormente, os Estados Territoriais descolonizaram-se, mas mantiveram a colonialidade: algumas áreas foram consideradas objetos estratégicos do desenvolvimento capitalista, dentre estas, a Bacia Amazônica, localizada em áreas do Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela<sup>1</sup>.

O presente estudo reflete sobre o impacto na cultura de povos indígenas da Amazônia equatoriana diante das ações de petrolíferas, empresas que operam na exploração de petróleo em sistemas de blocos nesta região.

De acordo com o Censo de 2001, o Equador tem uma população de 12.156.608 de habitantes e apresenta uma heterogeneidade territorial caracterizada pela diversidade de seus ecossistemas. Seu relevo é composto pela serra andina, situada na parte central do país, pela costa situada a oeste e selva amazônica a leste. A Amazônia equatoriana ocupa 45,1% do território nacional e possui uma densidade demográfica de 4,7 habitantes/km<sup>2</sup><sup>4</sup>.

Na década de 1970, com o início das atividades petrolíferas nessa região, deflagrou-se um processo migratório que resultou em dois modelos de organização: ao modelo de assentamento indígena, historicamente estabelecido, agregou-se um modelo de sociedade de brancos e mestiços, cuja ocupação se deu por meio de bairros, comunidades e pequenas cidades. Esta ocupação gerou um novo contexto e a práxis passou a expressar novos formatos de diálogo entre acontecimentos, comportamentos, processos e instituições<sup>5</sup>. Ao tecido da vida produzido pelo ‘ser e acontecer’ dos povos indígenas da região somou-se a

presença de brancos e mestiços, atrelados à lógica capitalista e fundamentados na reprodução social, a partir de conceitos vendidos pela modernidade. Neste novo tecido social, formado por povos indígenas, brancos e mestiços, as petrolíferas começaram a ser instaladas.

A presença de ambos os modelos de sociedade traduziu um novo padrão cultural, não mais homogêneo, mas permeado por significações distintas, uma vez que os povos indígenas carregavam consigo formas de entendimento e percepção peculiares, diferentes da sociedade de homens brancos.

Boisier apud Tapia<sup>4:17</sup> reafirma essa percepção quando diz que nos povos indígenas assentados na Amazônia Equatoriana:

La lengua, la tradición histórica, la raza y el territorio adquieren el carácter de símbolos distintivos de la identidad y se convierten en valores sociales cuya reproducción se propicia y defiende.

Alguns assentamentos, imbuídos de um forte caráter de preservação de sua cultura, vêm estabelecendo relações de cooperação e auto-gestão por meio de organizações sociais – microregional, provincial e de controle ambiental –, com o objetivo de manter a capacidade de enfrentamento diante do país e do mundo<sup>4</sup>.

Essa dinâmica é construída mediante o olhar da subjetividade das relações, que define o local do território como um local vivido, e sob um olhar externo capaz de vislumbrar o desenvolvimento que desejamos a partir de nós. Configura-se como um mecanismo e é dotado de representações à medida que propicia a preservação da memória, do processo sócio-histórico e do sentido de identidade coletiva; porém, nem todos conseguem vivenciá-la em suas práticas<sup>6</sup>.

Anteriormente mencionado, o Equador, assim como demais países latino-americanos, carrega na sua historicidade marcas profundas de exploração e opressão. Primeiramente em virtude de seu processo de colonização e, em épocas recentes, por meio do modelo neoliberal, adotado pelos países ricos, na década de 70, e implantado nos países da América Latina a partir da década de 80<sup>7</sup>.

Esse modelo, de caráter predatório e excludente, gera profundas reformas estruturais com o objetivo de diminuir a regulação e atuação do Estado sobre as políticas sociais e econômicas e propagar o livre comércio, acarretando uma incessante busca por novos mercados à procura de maiores lucros e redução nos custos da mão-de-obra<sup>8,9,10</sup>. Não

obstante, gera uma grande crise de civilização fundada na expropriação do homem enquanto sujeito, transformando-o em objeto de produção social, limitando desse modo, sua possibilidade de expressar desejos e sentimento de luta.

É nesse cenário que as petroleiras iniciaram e desenvolveram suas atividades na Amazônia equatoriana. Embora a exploração dos recursos tenha iniciado na década de 70, a chegada das transnacionais do setor dá-se, marcadamente, a partir da década de 90, impulsionada pelo referido contexto, com uma maior concentração na região norte do país<sup>7</sup>.

Na medida em que essas empresas se estabeleciam – valendo-se do discurso de maior oportunidade de trabalho, uso de tecnologia de ponta e eficácia comprovada – elas passaram a adotar várias estratégias, destacando-se a de coerção, no sentido de conquistar a confiança das comunidades que ali vivem, para assim, atingir seus objetivos<sup>11</sup>.

Consoantes com a nova ordem mundial estabelecida e associada a outros fatores histórico-culturais, a chegada das transnacionais desencadeou um processo intenso de mudanças nessa sociedade que rompeu com a dinâmica social desses povos. Seu efeito foi (é) devastador já que consegue que o homem, sujeito enquanto em relação, desapropriar-se dessa condição, afaste-se dos significados de coletividade e reproduza o modelo hegemônico de organização, a partir de um processo de (des) construção da consciência, mediante o qual perde a capacidade de perceber o seu em torno. Tal contexto gera uma crise de valores e identidade, limita a organização de movimentos sociais, destrói a cultura dos povos, desagrega valores e fere o princípio básico da vida, a saber: a dignidade humana<sup>6</sup>.

Essa questão constitui um grave problema social por tratar-se da destruição do legado humano e do sentimento de pertença, assim como do potencial de luta e apropriação do povo frente aos problemas que o cercam, rompendo seriamente a cultura da população.

Diante desse cenário é fundamental que se construam novos parâmetros que dêem a essa nova realidade suporte para o enfrentamento da perda da significação do processo de viver, no intuito de devolver ao homem o sentido da vida, o sentido de buscar soluções próprias transformadoras visando ao enfrentamento dessas questões.

Por outro lado, essa problemática enfrentada pelo Equador e, possivelmente por vários países latino-americanos e de outros continentes, revela,

sobretudo, a necessidade de refletir sobre o modelo atual de organização da sociedade, o que parece ser a matriz de todos estes problemas.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Tratou-se de uma pesquisa de campo, descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa, realizada no Equador, em janeiro de 2007, com indígenas da Amazônia – região de Teena, Ahuano e Archidona - e habitantes das cidades de Quito e Cuenca. O estudo esteve vinculado ao Grupo de Pesquisa “Educação em Saúde”, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. A coleta de dados ocorreu durante visitação às regiões e comunidades citadas, bem como em um encontro realizado em Cuenca – “Encuentro por La Salud de los Pueblos” –, e num debate promovido por uma Organização Não-Governamental sediada em Quito. Os instrumentos de pesquisa, entrevista aberta e observação participante, buscaram a percepção de indígenas sobre a influência das ações das petroleiras em sua cultura: em suas relações, teias de significações, tradições e processos de viver. Antes da realização das entrevistas foi realizada uma conversa com os participantes sobre os objetivos da pesquisa. O tratamento dos dados foi conduzido pela análise de conteúdo e o anonimato dos sujeitos foi garantido através do uso do codinome “Pertença”, acrescido de algarismo numérico. Após o tratamento e a análise dos dados emergiu a categoria **“Petroleiras em solo amazônico equatoriano: fraturando processos e dissolvendo espaços”**.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nesta categoria **“Petroleiras em solo amazônico equatoriano: fraturando processos e dissolvendo espaços”**, percebeu-se que a instalação de petroleiras na Amazônia equatoriana gerou impacto no processo de viver dos povos indígenas, conforme demonstrado no depoimento: “Con la entrada de la petrolera, hay siempre una economia de nosotros que se anula” (Pertença 1).

O depoimento vem ao encontro de estudo realizado pelo Observatório de Estudos Latinoamericanos de Saúde, em 2005, que revelou impactos na destruição do meio-ambiente, na degradação da produção de saúde, no aumento da pobreza e no aumento da exclusão social dos povos indígenas equatorianos<sup>12</sup>. O estudo demonstrou que as petroleiras adotam estratégias de desmobilização com o objetivo de destruir o processo cultural dos povos que ali vivem e, dessa forma, subordinar as comunidades aos interesses de mercado, verbalizado

por um quitchua: “Ellos vienen y hacen lo que quieren; somos escravos de ellos (...)” (Pertença 2).

Pesquisa realizada por Weigertner e Maldonado<sup>11</sup> apontou a coerção, a promoção de conflitos entre as comunidades, a difusão de campanhas de difamação, o descrédito dos líderes e de organizações comunitárias, bem como a militarização das empresas como estratégias prioritárias na desmobilização de povos indígenas equatorianos<sup>7</sup>.

Relatos demonstraram o uso de coerção por parte de organizações sociais com pseudo-representações da comunidade com o objetivo de impedir as verdadeiras formas de organização dos movimentos sociais. São contratados ambientalistas, antropólogos, psicólogos e médicos para exercer, dentre outras ações, o domínio sobre o imaginário dos povos indígenas. Embora a contratação de antropólogos seja aparentemente de cunho benéfico – haja vista que a intenção dessa vertente das ciências humanas parece ser compreender as dimensões simbólicas do sentido da vida na práxis humana – o objetivo, no recorte do solo equatoriano, é que antropólogos realizem estudos sobre a dinâmica das relações circulantes de povos indígenas, que possam oferecer subsídios teórico-práticos às empresas. Esta estratégia permite que estes profissionais exerçam o domínio sobre o imaginário de povos, reduzindo-os, como afirma Arias<sup>6:90</sup>, “da condição de um povo com destino para um modelo social clandestino”. Observou-se que as atividades dos tais “especialistas na compreensão humana” geram desorganização do processo de viver, rompimento de valores e desconstrução da utopia dos povos em questão.

O debate promovido por uma Organização Não-Governamental, sediada em Quito, reforçou o depoimento anterior: nas organizações sociais a serviço de petroleiras, ambientalistas assumem o papel de informar a comunidade sobre a necessidade de “converter-se” em colaboradora visando à solução de questões ambientais; antropólogos buscam “explicar a dinâmica das relações nas cadeias de significações da vida”; psicólogos são imbuídos do propósito de internalizar no inconsciente coletivo a intenção das empresas em estabelecer “vínculo e apoio mútuo”, e médicos são contratados para materializar a garantia de “novos tratamentos” que amparem as doenças que possam advir como consequência das ações das petroleiras.

Tais ações são fruto do processo de produção capitalista que tem como princípio impor ao mundo, especialmente aos países periféricos, a dominação da cultura e a imposição de valores capitalistas, fundados

no individualismo, na idolatria da mercadoria, na produção e na propriedade privada. Elas estão expressas no depoimento de Gualinga apud Maldonado<sup>7:23</sup> sobre a empresa CGC (Compania General de Combustibles), de origem Argentina, petroleira que explora o bloco 23 da Amazônia equatoriana, como segue:

Los sociólogos y los relacionadores contratados nunca se acercaron a los dirigentes de las comunidades, sino que intentaron dividirlos, basándose en una campana de insultos y desprestigio a los dirigentes; así dieran cuerpo a una serie de asociaciones y comunidades fantasmas con las que firmaron un supuesto acuerdo.

Assim, as estratégias do capital resultam em um feedback positivo para as empresas, uma vez que o poder de dominação gera uma crise de sentido que reprime o processo de organização de movimentos sociais, à medida que impede o intercâmbio de saberes e valores, comprometendo assim o despertar da consciência crítica e da autonomia dos sujeitos e coletivos.

Todavia, (e ainda bem!) percebeu-se que os povos indígenas estudados, embora pouco organizados, mantêm internalizada a noção de luta pela preservação de sua cultura como forma de resistir ao modelo capitalista e fazer valer seus valores e o sentido de suas vidas: “El patrimonio cultural debe ser incorporado a la lucha por la emancipación de los pueblos” (Pertença 3). “Los extranjeros piensan que nosotros somos uno más solamente, pero nosotros somos la cultura quíchua” (Pertença 4). Ou seja, existem forças de resistência que revelam a consciência acerca da necessidade de articulação social para enfrentar os desafios persistentes e emergentes. O relato que segue justifica esta assertiva: “Cuando nos unimos, lo aprendimos, lo aceptamos, y comprendemos las diferencias” (Pertença 5).

O cenário descrito remete ao estudo de Porto-Gonçalves<sup>1</sup>, realizado em 2006, sobre a Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina e Caribe. O estudo refletiu que há duas formas de resistência: resistência enquanto ação reflexa a algo precedente e “r-existência [como] forma de [r] existir, [como] uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias (...) a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico”<sup>1:14</sup>.

Vale ressaltar que a Amazônia equatoriana apresenta baixa densidade demográfica e o acesso é predominantemente fluvial. Estas características detêm

positividade e negatividade, pois podem colaborar para a preservação da cultura dos povos indígenas equatorianos, uma vez que limitam interferências externas em seu modo de organização social, mas também podem restringir a capacidade de articulação social necessária ao enfrentamento coletivo de questões políticas mais amplas.

Considerando a saúde como uma produção política, histórica e cultural, as ações de petroleiras nos espaços de viver da Amazônia equatoriana geram impacto na produção da vida. O comprometimento da dimensão simbólica dos povos repercute intrinsecamente na circulação de suas formas de entender saúde, uma vez que rompe com elementos estruturais das relações sociais, reforçando, deste modo, no objeto proposto, a importância de atentar para os prejuízos causados pelas ações das petroleiras, demonstrado nas seguintes falas: “El petróleo contamina nuestros rios y los peces que comemos, ademas, impeden que nuestros productos nascan” (Pertença 5). “Tenemos enfermedades por el petróleo” (Pertença 6).

Segundo Löwy<sup>13</sup>, o sistema capitalista de produção tem como princípio impor ao mundo, especialmente aos países periféricos, a dominação da cultura e a inculcação de valores capitalistas fundados no individualismo, na idolatria da mercadoria, na produção e na propriedade privada.

A estratégia de desmobilização social do povo indígena, como instrumento de destruição da cultura e instituição da supremacia, é historicamente reconhecida, uma vez que foi utilizada pelos colonizadores como forma de dominação e demonstrou-se eficaz.

Arias<sup>6</sup> também compreende desta forma quando afirma que a cultura é um instrumento utilizado pelo poder com o objetivo de usurpar simbolicamente o mundo das representações, os universos de sentido e a memória daqueles que sofrem a dominação. Samaja<sup>14</sup> reforça este pensar quando reconhece que as leituras feitas pelo sujeito são adequadas à realidade por eles vivida.

Entendeu-se, nesta pesquisa, que a destruição da cultura inscreve-se como eixo norteador das estratégias elaboradas e implementadas pelas empresas com intuito de estabelecer o domínio da situação, valendo-se da desmobilização social e da contenção do (in) surgimento de novos movimentos.

Nessa perspectiva, é coerente que os movimentos e as forças sociais tornem-se alvo, uma vez que se configuram como instrumentos de luta, de

enfrentamento coletivo de contradições sociais que se apresentam como obstáculos à satisfação das necessidades coletivas de um dado grupo social<sup>15</sup>. Segundo Campana apud Kleba<sup>16</sup>, a capacidade de mobilização e organização das forças de luta constitui um dos elementos fundamentais que expressam o capital cultural da sociedade e seu potencial de saúde.

As reflexões críticas dos autores mencionados permitem inferir que o comprometimento da dimensão simbólica dos povos repercute intrinsecamente na produção social de sua saúde, uma vez que rompe com elementos estruturais das relações sociais, reforçando, deste modo, no objeto proposto, a importância de atentar para os prejuízos causados pelas ações das petroleiras, pois “Salud es discutir para agir y agir para solucionar los problemas” (indígena quíchua da Amazônia equatoriana).

Examinando a realidade deste povo, apreende-se que vivemos um tempo em que a cultura imperialista, por meio de uma ditadura cultural, transformou a mercadoria em fetiche, atribuindo-lhe um significado simbólico sagrado, idolatrado, signo de devoção e, portanto, merecedor de sacrifícios humanos para o seu alcance<sup>13</sup>.

Este modelo predatório de desenvolvimento sustenta-se na omissão do Estado no cumprimento de seu papel defensor dos interesses da população e da soberania nacional. A manutenção da concessão de blocos para a exploração petroleira revela o (des) comprometimento para com as demandas do povo e a subordinação do Estado aos interesses do capital internacional. A inquietação diante desta realidade revela-se no seguinte depoimento:

La tierra, el agua y el aire son de todos, por lo tanto debe ser de todos y no puede ser apropiada por una transnacional (...) la nacionalizacion es necesaria rumbo a la soberania (...) la realidad debe ser transformada para un pais satisfecho y soberano. (depoimento de um cidadão equatoriano participante do Encuentro por La Salud de Los Pueblos realizado em janeiro de 2007 em Cuenca/Equador.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que as estratégias adotadas pelas petroleiras transnacionais na Amazônia equatoriana representam um instrumento de manutenção do modelo neoliberal reprodutor de uma nova face profundamente perversa do modelo capitalista de produção; uma face bárbara porque conduz ao aprofundamento das desigualdades sociais, da pobreza e da concentração de renda no mundo;

porque fere, com isso, a dignidade humana ao condenar a maioria da população à exclusão social; porque destrói, como nunca antes na história, as fontes de vida no planeta em prol da reprodução do capital; mas acima de tudo, é bárbara porque o faz por meio da destruição do bem simbólico maior e imensurável da civilização humana: sua cultura.

Essa destruição estabelece uma crise de sentido, uma vez que os povos começam a refletir o sintoma do tempo dito *moderno*, que objetiva a homogeneização da consciência e das percepções para, desse modo, sobrepor aos dominados a cultura do poder dominante. Nega-se a diversidade, rompem-se valores e padrões éticos, impõem-se um *tempo* onde as construções simbólicas e (re) significações se dão mediante os óculos teóricos da política hegemônica neoliberal; um *tempo* sem tempo para pensar o outro; um *tempo* sem tempo para compreender e viver a vida em relação harmônica.

Observou-se que o instrumento eleito como *carro-chefe* para instaurar as ações das petroleiras na Amazônia equatoriana consiste na (des) mobilização social e na destruição da possibilidade do (in) surgimento de novos movimentos, como forma de destruição da cultura. Esta escolha é justificada pelo fato de ser o movimento social o *lócus* das forças vivas de resistência e determinante essencial na produção cultural dos povos.

A realidade apreendida traduz sérios problemas emergentes no contexto da Amazônia equatoriana, embora sejam estes, na verdade, problemas latentes em toda América Latina e Caribe. Para enfrentá-los, é fundamental que os Estados cumpram seu papel no provimento das políticas públicas necessárias à reversão deste cenário, preservando, desta forma, a cultura dos povos, legitimando, assim, sua função na proteção das maiorias populacionais.

A imersão nessa cultura permite aferir que a recente ascensão da esquerda ao poder, ocorrida na época de realização do estudo, instiga o sentimento de pertença do povo equatoriano e reacende a esperança de apropriação da soberania nacional na medida em que expressa os interesses populares promovendo o (in) surgimento do espírito de luta, da apropriação da palavra, do resgate aos próprios discursos e do despertar da consciência crítica, sinalizando, dessa forma, “oxalá” a força do capital, um novo porvir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Porto-Gonçalves CW. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña AE. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2006. p.151-197.
2. Qüijano A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: Lander E (org) La Colonialidad del Saber - eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO; 2000.
3. Lander E. (org). La Colonialidad del Saber - eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO; 2000.
4. Tapia L. Território, Territorialidade y Construcción Regional Amazónica. Quito: Abya-Yala; 2004.
5. Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2008.
6. Arias PG. La Cultura: estrategias conceptuales para comprender la identidad. La diversidad, la alteridad y la diferencia. Quito: Abya-Yala; 2002.
7. Maldonado A. Ocupación, Militarización y Salud. In: Breilh J (org). Informe Alternativo sobre La Salud en América Latina – observatorio latinoamericano de salud. Quito: Centro de Estudios y Asesoría en Salud; 2005. p.180-89.
8. Anderson P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader E, Gentili P (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1995. p.09-23.
9. Laurell AC. Globalización, políticas neoliberales y salud. In: Briceno- Leon R, Minayo MCdeS, Coimbra JR, CE. A. (org). Salud y Equidad: una mirada desde las ciencias sociales. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000. p.73-84.
10. Ferrer A. La Globalización, la crisis financiera y America Latina. In: Boron AA, Gambina JC, Minsburg N (org). Tiempos Violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina. Buenos Aires: Clacso; 2004. p.85-104.
11. Weigert R, Maldonado A. Bloque 23: Compañía general de combustibles (CGC – Argentina). In: Maldonado A, Almeida A (org). Atlas Amazónico del Ecuador: agresiones y resistencias – Inventario de Impactos Petroleros vol. 2. Quito: Acción Ecológica e CONAIE; 2006. p.08-23.
12. Sebastián MS; Hurtig A-K; Tanguila A; Santi S. La explotación de petróleo en la región Amazónica del Ecuador: una emergencia en salud pública. In: Breilh J (org). Informe Alternativo sobre La Salud en América Latina – Observatorio Latinoamericano de Salud. Quito: Centro de Estudios y Asesoría en Salud; 2005. p.180-89.
13. Löwy M. Resistências culturais à Dominação Imperial: a alternativa socialista. Revista Plural, 2006.
14. Samaja J. A Reprodução Social e a Saúde. Salvador: Casa da Qualidade; 2000.
15. Souza ML. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 8 ed. São Paulo: Cortez; 2004.
16. Kleba ME. Descentralização do Sistema de Saúde no Brasil: limites e possibilidades de uma estratégia para o empoderamento. Chapecó: Argos; 2005.